

Concurso público

N.º 60/22

(2022/300.10.005/35)

“Prestação de Serviços de Seguros”

PROGRAMA DO CONCURSO

Índice

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a – Identificação e objeto do procedimento.....	3
Cláusula 2. ^a – Identificação da entidade adjudicante.....	3
Cláusula 3. ^a – Decisão de contratar e Órgão contraente.....	3
Cláusula 4. ^a – Concorrentes.....	3
Cláusula 5. ^a – Cabimento.....	4
Cláusula 6. ^a – Escolha do procedimento.....	4
Cláusula 7. ^a – Júri do Procedimento.....	4
Cláusula 8. ^a – Peças do procedimento.....	5
Cláusula 9. ^a – Pedidos de Esclarecimento e Suprimento de Erros e Omissões.....	5
SECÇÃO II – PROPOSTAS.....	6
Cláusula 10. ^a – Prazo e modo para apresentação de propostas.....	6
Cláusula 11. ^a – Documentos da proposta.....	6
Cláusula 12. ^a – Esclarecimentos às propostas.....	9
Cláusula 13. ^a – Propostas variantes /Preço ou custo anormalmente baixo.....	9
Cláusula 14. ^a – Prazo da obrigação de manutenção da proposta.....	10
Cláusula 15. ^a – Critério de adjudicação.....	10
Cláusula 16. ^a – Negociação.....	11
Cláusula 17. ^a – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	11
Cláusula 18. ^a – Relatório preliminar e audiência prévia.....	11
Cláusula 19. ^a – Relatório final.....	11
Cláusula 20. ^a – Escolha do adjudicatário e notificação da adjudicação.....	11
Cláusula 21. ^a – Documentos de habilitação.....	12
Cláusula 22. ^a – Caducidade da adjudicação.....	13
SECÇÃO III – CONTRATO.....	13
Cláusula 23. ^a – Caução.....	13
Cláusula 24. ^a – Minuta do contrato.....	14
Cláusula 25. ^a – Contrato.....	14
Cláusula 26. ^a – Modificações ao contrato.....	14
SECÇÃO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	14
Cláusula 27. ^a – Falsidade de documentos e de declarações.....	14
Cláusula 28. ^a – Legislação aplicável.....	15
ANEXOS.....	15
Anexo I.....	15
Procuração para submissão de documentos na plataforma*.....	15
Anexo II.....	15
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81 do CCP na redação dada pela lei nº 30/2021, de 21 de maio].....	15
Anexo III.....	16
Minuta de declaração de honra [n.º 3 do art.º 83-A do CCP]*.....	16
Anexo IV.....	16
Modelo de Garantia Bancária/ Seguro-Caução ⁽¹⁾ para garantia das obrigações do adjudicatário (art.º 90 n.º 5 do CCP). 16	
Anexo V.....	17
Modelo de Depósito-Caução (n.º 5 do art.º 90 do Código dos Contratos Públicos).....	17

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – Identificação e objeto do procedimento

1. O presente concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), elaborado ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 20 conjugado com os art.ºs 131 e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de jan., na redação atual, adiante designado CCP, tem por **objeto a prestação de serviços de seguros** para o Município de Olhão, **com vista à celebração de contratos de seguros para diversos ramos** segundo as características definidas nas especificações técnicas constantes do caderno de encargos.
2. O objeto do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento visa transferir para uma seguradora os riscos do Município relativamente aos seus trabalhadores, património móvel e imóvel, eleitos locais, bombeiros e outros colaboradores do Município - como sejam ao abrigo de medidas de Contrato Emprego Inserção (CEI e CEI+), Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) ou ações de voluntariado, atividades de desporto, cultura e recreio e seus participantes, bem como a responsabilidade civil perante terceiros resultante da sua atividade, através da celebração de contratos de seguros de acordo com as especificações técnicas definidas no Caderno de Encargos é constituído por dois lotes:
 - a) Lote 1 – Ramo Acidentes de Trabalho e Ramo Multirriscos;
 - b) Lote 2 – Ramo Acidentes Pessoais; Ramo Automóvel; Ramo Marítimo-Cascos e Ramos Responsabilidade Civil, incluindo as respetivas franquias.
3. Conforme o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), a que se refere o Regulamento CE n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, aos serviços objeto do presente procedimento corresponde a categoria 66510000 – 8: Serviços de Seguros.

Cláusula 2.ª – Identificação da entidade adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) do n.º 1 do art.º 2 do CCP, é o Município de Olhão, pessoa coletiva de direito público n.º 506 321 894, com sede no Largo Sebastião Martins Mestre, 8700-349 Olhão, telefone 289 700 100 e *e-mail*: contratacãopublica@cm-olhao.pt, com o horário de funcionamento das 9h às 12h e 30m e das 13h e 30m às 17h de todos os dias úteis.

Cláusula 3.ª – Decisão de contratar e Órgão contraente

1. A decisão de contratar, para efeitos do art.º 36 do CCP, foi tomada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 31 de março de 2022, no uso da competência própria estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de set., na redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, conjugado com o n.º 1 do art.º 18 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor (até €149.639,37).
2. A decisão de contratar a presente prestação de serviços, para efeitos dos n.ºs 1 e 4 do art.º 73 da lei n.º n.º 75-B/2020, de 31 de dez, que aprova o Orçamento de Estado para 2021, aplicável enquanto não for aprovado o orçamento de 2022 (Decreto-Lei n.º 126-C/2021, de 31 de dez.que aprova o regime transitório de execução orçamental), foi precedida da devida autorização do órgão com competência para contratar datada de 23 de fevereiro de 2022.

Cláusula 4.ª – Concorrentes

1. Só serão admitidas a concurso as empresas de seguros (“seguradoras”) legalmente constituídas e autorizadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para o exercício da atividade de seguros, de cujo objeto social conste expressamente a prestação de serviços de seguros, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2015, de 9 set., na redação atual, desde que:
 - a) Estejam autorizadas a explorar os ramos e modalidades de seguro objeto do presente concurso e;

- b) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no art.º 55 do CCP.
2. As seguradoras concorrentes deverão apresentar proposta para a totalidade dos ramos que integram o/s lote/s a concurso, a qual deverá respeitar a totalidade das características técnicas referidas no Caderno de Encargos, na parte que respeita ao lote/s a que concorre, sobre pena de exclusão da respetiva proposta.
 3. Admite-se a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes (seguradoras), o qual deve assumir a devida modalidade jurídica de associação caso lhe seja adjudicado o concurso, antes da celebração do contrato.
 4. Para efeitos do número anterior, deverão os membros do agrupamento associar-se na modalidade jurídica de contrato de consórcio no qual deverão indicar a empresa que exercerá as funções de representante do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do art.º 14 do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de Julho (regime jurídico dos contratos de consórcio e de associação em participação), sendo este o interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.
 5. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento.
 6. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
 7. Não pode ser membro de agrupamentos concorrentes a entidade que se encontre nas situações referidas no art.º 55 do CCP.
 8. Não é admitida a apresentação de propostas por parte de mediadores de seguros, qualquer que seja a sua categoria.

Cláusula 5.ª – Cabimento

1. A autorização da despesa do presente procedimento foi aprovada por despacho do Sr Presidente da Câmara Municipal de 31 de março de 2022.
2. Ao presente processo correspondem os cabimentos seguintes:
 - a. Cabimento n.º 1778MGD/2022, de 08 de março, com dotação orçamental na rubrica 0103/06020305 - Outras, para as franquias devidas;
 - b. Cabimento n.º 1778MGD/1/2022, de 22 de março, com a dotação orçamental na rubrica 0103/01030901 – Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais;
 - c. Cabimento n.º 1778MGD/2/2022, de 22 de março, com a dotação orçamental na rubrica 0103/020212 – Seguros, para as demais apólices de seguros.
3. A assunção do compromisso plurianual foi autorizada por deliberação da Exma. Assembleia Municipal de Olhão, tomada na sessão ordinária de 24 de fev. de 2022.

Cláusula 6.ª – Escolha do procedimento

O procedimento escolhido é o concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), conforme estabelecido na alínea a) do artº 20 e nos artºs 130 e 132 e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª – Júri do Procedimento

1. O procedimento é conduzido pelo júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia o exercício das suas funções no dia útil seguinte ao envio do anúncio para publicação.
2. O júri é composto por três membros efetivos e dois suplentes, a seguir identificados:
 - . Susana Silva, Chefe da Divisão Administrativa, na qualidade de Presidente;
 - . Paulo Farinho, Diretor do Departamento de Desporto, Ambiente, Juventude e Empreendedorismo, na qualidade de vogal efetivo, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
 - . Luís Gomes, Comandante dos Bombeiros Municipais e Coordenador Municipal da Proteção Civil, na qualidade de vogal efetivo;
 - . Rosyleno Mendes, Técnico Superior, na qualidade de suplente;
 - . Carla Martins, Diretora de Departamento de Administração Geral, na qualidade de suplente.

3. O júri poderá solicitar à entidade competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 6 do art.º 68 do CCP, a nomeação de peritos ou consultores para o apoiarem no exercício das suas funções, nomeadamente no que concerne à avaliação das especificações técnicas das propostas, podendo aqueles participar, sem direito de voto, nas reuniões do júri.
4. Antes do início das funções, todos os membros do júri subscreveram a declaração de inexistência de conflitos de interesses exigida pelo CCP e, no caso da eventual designação de perito/s que venha/m apoiar o júri, será subscrita declaração de idêntico teor.
5. São delegados no júri os poderes para prestar eventuais esclarecimentos às peças do procedimento.
6. O júri pode ser dispensado caso seja apresentada uma só proposta para efeitos do n.º 4 do art.º 67 do CCP.

Cláusula 8.ª – Peças do procedimento

1. As peças que instruem o presente procedimento são:
 - a) O programa do concurso e respetivos anexos;
 - b) O caderno de encargos e respetivos anexos,
2. As peças que instruem o presente procedimento são o programa do concurso e o caderno de encargos, integral e gratuitamente disponibilizados na plataforma eletrónica de compras públicas da “**Acingov**” na página eletrónica www.acingov.pt, desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo de entrega das propostas, plataforma em que será tramitado todo o procedimento.
3. Para aceder à plataforma é necessário efetuar o registo na página eletrónica referida no número anterior e obter um certificado de acesso, bem como **dispor de certificado de assinatura digital qualificada** nos termos previstos na legislação em vigor.
4. É obrigatório o uso de selos temporais na submissão de documentos pelo que o interessado terá de adquiri-los.
5. Para obter mais informações, ou no caso de dificuldades no uso da plataforma, deverá contactar o serviço de apoio ao cliente da plataforma através do número (+351) 707 451 451, nos dias úteis das 8h30 às 19h00 ou *e-mail*: apoio@acingov.pt.
6. No caso de indisponibilidade de acesso à plataforma eletrónica, as peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta na sede e horário referidos na cláusula 2.ª até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, caso em que é da responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com os elementos do processo patentado.
7. Os esclarecimentos e as retificações a que haja lugar no decurso do procedimento integrarão as peças do mesmo.

Cláusula 9.ª – Pedidos de Esclarecimento e Suprimento de Erros e Omissões

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através de plataforma eletrónica disponível em www.acingov.pt durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, nos termos do n.º 1 do art.º 50 do CCP.
2. No mesmo prazo pode apresentar lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados em conformidade com o previsto nos n.ºs 2 e 3 do citado art.º 50 do CCP.
3. Os esclarecimentos são prestados pelo júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas e disponibilizados na referida plataforma eletrónica, sendo emitida imediata notificação desse facto a todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e prazos previstos no número anterior.
5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
6. Considerar-se-ão rejeitados todos os erros e omissões que não sejam expressamente aceites pela entidade adjudicante.

7. Todos os interessados que tenham obtido as peças serão notificados dos factos referidos nos números anteriores, via plataforma eletrónica.

SECÇÃO II – PROPOSTAS

Cláusula 10.ª – Prazo e modo para apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham são **assinados com certificado de assinatura qualificada (substitui a assinatura manuscrita de cada documento)** e deve ser apresentada até às **23:59 horas do 30º dia seguinte** ao envio do procedimento para o Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia através do seu **carregamento/submissão na plataforma eletrónica de contratação pública** identificada na cláusula 8.ª, **ato este que implica nova assinatura com certificado de assinatura digital qualificada (assinatura da submissão / carregamento na plataforma)**.
2. O interessado deve prever o tempo necessário para submeter a proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica certificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que só é admitida se assinada e recebida até à data e hora referida no n.º 1 da presente cláusula.
3. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora de submissão, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Os documentos carregados na plataforma estão sujeitos à **aposição de selos temporais** suportados pelo concorrente.
5. Nos termos do n.º 3 do art.º 470 do CCP os prazos para apresentação de proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
6. A data limite para apresentação das propostas fixada no n.º 1 da presente cláusula pode ser prorrogada, por prazo adequado, quando solicitada por qualquer interessado e em casos devidamente fundamentados, bem como quando as retificações às peças do procedimento e/ou os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo estabelecido, e ainda quando as retificações ou a aceitação de erros ou omissões das peças, independentemente do momento da sua comunicação, impliquem alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento.
7. A decisão de prorrogação, proferida pelo órgão competente para a decisão de contratar, é comunicada a todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento.
8. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constitui a proposta não possa ser apresentado na plataforma eletrónica, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve indicar o concorrente, a designação do procedimento e a entidade adjudicante, o qual deverá ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo a receção deste ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta.
9. Os encargos relativos à elaboração da proposta e quaisquer documentos com ela conexos são suportados integralmente pelo concorrente.

Cláusula 11.ª – Documentos da proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta a vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser apresentada para um ou para ambos os lotes que compõem o procedimento, e ser acompanhada pelos documentos referidos nos números seguintes, consoante o lote/s a que concorra.
3. São **documentos comuns** a todos os lotes:
 - a) **Documento europeu único de contratação pública (DEUCP)** aprovado pelo regulamento de execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro, em substituição da declaração de aceitação (anexo I do CCP) do caderno de encargos, disponível em [https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt](https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt;);
 - b) **Comprovativo do exercício da atividade seguradora** emitido para efeitos da cláusula 4ª do programa;
 - c) Quando for o caso, **documento justificativo da apresentação de proposta de preço anormalmente baixo** nos termos do presente programa e para efeitos do art.º 71 do CCP, sob pena de exclusão nos termos do art.º 70;

- d) Identificação de **interlocutor do contrato**, em representação do concorrente, respetivo contacto telefónico e correio eletrónico, permanentemente contactável durante o horário de expediente da entidade adjudicante, sob pena de se considerar como interlocutor o representante legal da entidade, cujos dados pessoais serão usados, exclusivamente, para efeitos da execução inerente ao contrato a celebrar;
- e) **Certidão permanente** ou código de acesso, ou documento comprovativo dos poderes do subscritor/s da proposta, no caso de se tratar de pessoa coletiva;
- f) Caso a proposta seja apresentada **por agrupamento de concorrentes**, sem prejuízo do n.º 4 da cláusula 4ª, deve indicar a modalidade jurídica de associação em caso de adjudicação;
- g) **Procuração, declaração ou comprovativo da titularidade de poderes** para efetuar e/ou submeter proposta e seus documentos na plataforma e assiná-los, em conformidade com o disposto na lei n.º 96/2015, de 17 agosto (querendo, pode usar a minuta constante do anexo I do presente programa do concurso);
- h) **Outros que o interessado considere indispensáveis**, relativos aos termos pelos quais se dispõe a contratar.
4. No caso de proposta para o **Lote 1** - Ramo Acidentes de Trabalho e Ramo Multirriscos, além dos documentos referidos no número anterior, a mesma incluirá ainda os seguintes documentos:
- a) **Documento que contenha os atributos da proposta submetidos à concorrência** pelo caderno de encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (alínea b) do n.º 1 do art.º 57 do CCP), que refira expressamente e, se possível, **pela ordem indicada**, os seguintes itens:
- Preços** discriminados referentes aos seguintes elementos:
 - Prémio anual total referente a cada contrato/ramo de seguro do Lote;
 - No ramo multirrisco, o valor do prémio na parte referente à habitação social;
 - No ramo multirrisco, o valor do prémio na parte referente aos serviços;
 - Valor da taxa comercial, encargos discriminados, custo de emissão da apólice e o prémio total para os Acidentes de Trabalho tendo em conta a massa salarial estimada para o período do concurso;
 - Valor das taxas totais aplicadas ao ramo multirriscos;
 - Custos de emissão da apólice multirriscos, se devidos;
 - Valor das franquias referentes ao ramo multirriscos;
 - Os **demaís custos que sejam devidos** ao longo do prazo de execução do contrato (não serão suportados pela entidade adjudicante quaisquer custos não contemplados na proposta conforme cláusula 8ª do caderno de encargos);
 - Preço total da prestação de serviços** referente ao Lote;
 - Outros atributos previstos no Caderno de Encargos.
- b) **Fórmula de cálculo** da prestação da remuneração segura resultante da incapacidade temporária absoluta (ITA) ou incapacidade temporária parcial (ITP) para o trabalho;
- c) **Riscos cobertos e montantes associados**, se mais abrangentes do que o previsto no caderno de encargos;
- d) **Condições de pagamento dos prémios**, se mais favoráveis ao Município do que as indicadas no Caderno de Encargos;
5. No caso do **Lote 2** - Ramo Acidentes Pessoais; Ramo Automóvel; Ramo Marítimo-cascos e ramos Responsabilidade Civil serão ainda apresentados os seguintes documentos:
- a) **Documento que contenha os atributos da proposta submetidos à concorrência** pelo caderno de encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (alínea b) do n.º 1 do art.º 57 do CCP), que refira expressamente e e, se possível, **pela ordem indicada**, os seguintes itens:
- Preços** discriminados referentes aos seguintes elementos:

- a. Prémio anual total discriminado por cada contrato/ramo de seguro do Lote, com indicação de:
 - . Valor da taxa comercial,
 - . encargos aplicáveis;
 - . custo de emissão da apólice e/ou ata adicional que tenha lugar;
 - b. Valor do prémio por pessoa relativo a cada apólice de acidentes pessoais autarcas;
 - c. Valor do prémio por pessoa relativo a cada apólice de acidentes pessoais bombeiros;
 - d. Valor do prémio comercial, respetivos encargos, custo de emissão da apólice, e prémio total para os seguros de acidentes pessoais de beneficiários da medida CEI e CEI+, tendo em conta o número de beneficiários máximo mencionado no caderno de encargos e a duração máxima da medida por um ano;
 - e. No seguimento da alínea anterior (CEI e CEI+), deve decompor o valor do **prémio individual** tendo em conta a sua possível duração, conforme períodos que se seguem:
 - De 31 a 90 dias;
 - De 91 a 180 dias;
 - De 181 a 270 dias;
 - De 271 a 365 dias.
 - f. Valor do prémio por pessoa relativo à apólice de acidentes pessoais para eventuais estágios do tipo PEPAL (Programa de Estágios Profissionais na Administração Local), tendo em conta o número máximo de beneficiários mencionado no caderno de encargos e a duração máxima da medida (um ano);
 - g. Valor do prémio por pessoa relativo à apólice de acidentes pessoais para voluntários tendo em conta o número máximo de beneficiários mencionado no caderno de encargos e a possível duração, devendo decompor o prémio individual conforme períodos mencionados na alínea i);
 - h. Valor do prémio por pessoa relativo à apólice de acidentes pessoais para os utentes das instalações desportivas;
 - i. Valor do prémio por pessoa relativo à apólice de acidentes pessoais para participantes nas atividades desportivas, culturais e de recreio;
 - j. Valor do prémio por pessoa relativo à apólice de acidentes pessoais para visitas de estudo, ocupação de tempos livres e campos de férias;
 - k. Valor do prémio respeitante a cada viatura;
 - l. Valor dos bónus e descontos aplicados ao ramo automóvel, se aplicáveis;
 - m. Os demais custos que sejam devidos ao longo do prazo de execução do contrato (não são suportados quaisquer custos não contemplados na proposta conforme cláusula 8ª do caderno de encargos);
 - ii. **Preço total da prestação de serviço** a concurso referente ao **Lote 2**;
 - iii. **Valor das franquias** dos seguintes ramos:
 - a. Valor da franquia do ramo automóvel;
 - b. Valor da franquia referente ao ramo marítimo cascos;
 - c. Valor da franquia referente ao ramo responsabilidade civil;
 - d. Valor da franquia referente ao ramo responsabilidade civil do drone;
 - iv. **Tabela de desvalorização** se devida, referente às viaturas;
 - v. Outros atributos previstos no Caderno de Encargos.
- b) Riscos cobertos e montantes associados**, se mais abrangentes do que o previsto no caderno de encargos;
- c) Condições de pagamento dos prémios**, se mais favoráveis ao Município do que as indicadas no Caderno de Encargos;

6. Os preços constantes da proposta são indicados em euros, em algarismos e por extenso, prevalecendo este em caso de divergência, conforme disposto no n.º 1 do art.º 60 do CCP.
7. A proposta deve mencionar o enquadramento do IVA para a presente prestação.
8. Todos os documentos da proposta devem ser **assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, comprovada por certidão permanente da empresa** no caso de pessoa coletiva.
9. Sendo a proposta assinada por procurador, juntará à mesma **procuração** que confira a este poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
10. Os **documentos** da proposta, **antes de carregados na plataforma, são assinados com certificado digital de assinatura qualificada** (*substitui assinatura manuscrita de cada documento*), **pelo concorrente** representante **com poderes para obrigar**, devidamente **comprovados, sob pena de exclusão**, para efeitos do estabelecido no art.º 54 e no n.º 4 do art.º 68 da lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
11. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar indispensáveis na apresentação da mesma.
12. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
13. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa.
14. **Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, a declaração (DEUCP) referida na alínea a) do nº 3 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram**, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, **não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros** ou respetivos representantes.
15. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no art.º 137 do CCP.

Cláusula 12.ª – Esclarecimentos às propostas

1. Caso sejam pedidos esclarecimentos às propostas, ao abrigo do art.º 72 do CCP, o concorrente deverá prestá-los no prazo que for concedido, através do canal disponibilizado para prestação de esclarecimentos às propostas na plataforma em uso pelo município, sob pena dos esclarecimentos não serem aceites.
2. Os esclarecimentos prestados fazem parte da proposta **desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão** nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 70 do CCP.
3. Poderão ser solicitados, no prazo máximo de 5 dias, ao interessado, o suprimento de irregularidades da proposta causadas por preterição de formalidades não essenciais, nomeadamente no caso de suprimento de documentos que se limitem a comprovar factos anteriores à data da apresentação da proposta, desde que tal não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

Cláusula 13.ª – Propostas variantes /Preço ou custo anormalmente baixo

1. Não é admitida a apresentação de proposta com variantes, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 a 12 do art.º 49 do CCP.
2. Para efeitos do presente procedimento, considera-se anormalmente baixo o preço de determinada proposta quando este seja trinta pontos percentuais, ou mais, inferior à média dos preços das demais propostas a admitir no concurso, considerando o lote respetivo.
3. A fixação do preço anormalmente baixo assenta na necessidade de prever um limiar de referência de preços, em abstrato, considerados exequíveis, à luz dos preços de mercado conhecidos em função de contratos anteriores,

dissuadindo dessa forma a prática de preços predatórios, em prejuízo do interesse público associado à boa execução do contrato, da sã concorrência entre os operadores e das responsabilidades sociais e laborais.

4. Quando se verifique que o preço de determinada proposta se considera anormalmente baixo, nos termos do número 2, é solicitado ao respetivo concorrente que, em prazo adequado, preste os esclarecimentos justificativos que considere relevantes para o efeito, nomeadamente, à luz das razões enunciadas no n.º 4 do art.º 71 do CCP.

Cláusula 14.ª – Prazo da obrigação de manutenção da proposta

O concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para a sua apresentação, conforme disposto no art.º 65 do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª – Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, tendo em conta a modalidade monofator - avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. As entidades que apresentarem proposta são ordenadas **segundo o preço total** da respetiva proposta, por ordem crescente de valor.
3. Caso se verifique empate na ordenação final de duas ou mais propostas, de acordo com o n.º 4 do art.º 74 do CCP, a ordenação deve respeitar os seguintes critérios de desempate, de forma sequencial:
 - a) Lote 1:
 - i. A proposta com o valor mais baixo no ramo Acidentes de Trabalho;
 - ii. A proposta com o valor mais baixo no ramo multirrisco, na parte referente à habitação social;
 - iii. A proposta que apresente as menores franquias referentes ao ramo multirriscos;
 - b) Lote 2:
 - i. A proposta com menor valor do prémio no ramo automóvel;
 - ii. A proposta com menor valor do prémio no ramo Responsabilidade Civil Extracontratual;
 - iii. A proposta com menor valor do prémio no ramo acidentes pessoais bombeiros;
 - iv. A proposta com menor valor dos prémios no ramo acidentes pessoais - desporto, cultura e recreio;
 - v. A proposta com menor valor do prémio no ramo acidentes pessoais - contrato emprego inserção (CEI e CEI+);
 - vi. A proposta com franquias mais baixas no ramo Responsabilidade Civil Extracontratual.
4. Na eventualidade do empate subsistir, após a aplicação dos fatores de desempate indicados no número anterior, a ordenação final será determinada em função do desempate das mesmas por via de sorteio a realizar nos seguintes termos:
 - a. Em sede de análise de propostas, o júri do procedimento convoca os concorrentes empatados, através da plataforma eletrónica em uso, para a realização do sorteio, indicando a hora, a data e o local para o efeito;
 - b. Na hora, data e local definidos nos termos da alínea anterior, procede-se ao sorteio a realizar em sessão pública, na presença do júri do procedimento e dos representantes legais dos concorrentes empatados, ou outras pessoas devidamente credenciadas para o efeito por via de procuração;
 - c. Caso algum dos concorrentes empatados não compareça, o sorteio realiza-se com os que se encontrarem presentes;
 - d. O sorteio consiste no lançamento simultâneo de dois dados por cada concorrente empatado, sendo atribuída ao concorrente a pontuação correspondente à soma obtida no respetivo lançamento. O lançamento é efetuado pelo representante de cada concorrente ou pelo presidente do júri do procedimento, em caso de não comparência daquele;
 - e. Em caso de novo empate, deverão ser repetidos os lançamentos de dados, da mesma forma, até que se obtenha o desempate;

- f. A ordenação da respetivas propostas será efetuada por ordem decrescente da pontuação obtida no lançamento em que se verifique o desempate;
- g. Do sorteio será lavrada ata a anexar ao relatório preliminar, devendo a mesma ser assinada por todos os presentes. Caso algum concorrente se recuse a assinar, tal facto deverá constar na ata.

Cláusula 16.ª – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 17.ª – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica disponível no endereço <https://www.acingov.pt>.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação a que se refere o número anterior seja de deferir e não se encontre a proposta do reclamante, ser-lhe-á fixado novo prazo para a apresentar nos termos do art.º 138 n.º 4 do CCP.

Cláusula 18.ª – Relatório preliminar e audiência prévia

1. Analisadas as propostas, nos termos do art.º 70 do CCP, o júri elabora relatório preliminar no qual fundamenta a exclusão das propostas a que houver lugar e propõe a ordenação das que forem admitidas.
2. Poderá propor a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no art.º 146 do CCP.
3. O júri notifica todas as entidades que apresentaram proposta do teor do relatório, procedendo à sua audiência escrita, através da plataforma eletrónica disponível em www.acingov.pt sendo-lhes dado acesso a todas as atas do júri, informações e esclarecimentos e demais comunicações que tenham sido prestadas e às versões integrais das propostas.
4. É fixado aos interessados o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem, querendo, através da referida plataforma.

Cláusula 19.ª – Relatório final

1. Findo o prazo da audiência prévia, o júri elabora o relatório final fundamentado no qual pondera as observações dos concorrentes, caso tenham sido apresentadas, mantendo ou modificando o teor e conclusões do relatório preliminar.
2. Caso dessa análise resulte exclusão de proposta/s e/ou a alteração da ordenação final dos concorrentes, o júri procede a nova audiência prévia.
3. Elaborado o relatório final, o júri envia-o, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, ao órgão competente para a decisão de contratar.

Cláusula 20.ª – Escolha do adjudicatário e notificação da adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para autorizar a despesa, com base no relatório fundamentado elaborado pelo júri, aprova as propostas contidas no relatório final e proscede à adjudicação, ou à não adjudicação, consoante o caso.
2. Nos cinco dias posteriores à respetiva decisão, todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação, através da citada plataforma eletrónica, acompanhado do relatório final.
3. Juntamente com a notificação de adjudicação, o adjudicatário será notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Prestar caução, indicando-se expressamente o seu valor;

- c) Apreciar a minuta de contrato e deduzir reclamações contra a mesma, se for o caso;
 - d) Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativamente a atributos, termos ou condições da proposta.
4. Pode não haver lugar a adjudicação relativamente a um dos lotes ou ambos, por se verificar qualquer das situações previstas no n.º 1 art.º 79 ou 87-A do CCP, ambos do CCP, nomeadamente:
- a. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
5. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Cláusula 21.ª – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica disponível em www.acingov.pt, no prazo até às 23h e 59m do 5º dia útil a contar da notificação de adjudicação, reprodução dos seguintes documentos de habilitação:
- a) **Declaração emitida conforme** modelo constante do **anexo II** (alínea a) do n.º 1 do art.º 81 do CCP);
 - b) **Certificado de solvência emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);**
 - c) **Documento comprovativo de que não se encontra nas situações** previstas nas alíneas b), h) e i) do n.º 1 do art.º 55 do CCP, designadamente o **Registo Criminal** atualizado da entidade, seja pessoa singular ou coletiva, e também, no caso da pessoa coletiva, do/s titular/es do respetivo órgão social de administração, direção ou gerência, em efetividade de funções;
 - d) Documento que demonstre ter regularizada a respetiva **situação relativa a contribuições para a Segurança Social** em Portugal, ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal, ou em sua substituição, autorização de consulta prevista no Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril (alínea d) do n.º 1 do art.º 55 do CCP);
 - e) Documento que demonstre ter regularizada a sua **situação tributária** relativa a impostos devidos em Portugal, ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal (alínea e) do n.º 1 do art.º 55 do CCP), conforme documento emitido pela Autoridade Tributária ou autorização prevista no Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril;
 - f) Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) e respetivas atualizações conforme a Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, na redação atual, sempre que aplicável - a pessoas coletivas;
 - g) Comprovativo da titularidade das habilitações para o exercício da atividade se desatualizada;
 - h) Documento que ateste que não prestou, direta nem indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência para efeitos da alínea i) do n.º 1 do art.º 55 do CCP, podendo o mesmo ser substituído por declaração solene, sob compromisso de honra nos termos do art.º 83-A n.º 3 do mesmo código (querendo pode usar a minuta do anexo III do presente programa);
 - i) Identificação do(s) outorgante(s): B.I ou Cartão de Cidadão e n.º de identificação fiscal, ou cópia se expressamente autorizada pelo titular do mesmo, e em caso de representação, a respetiva procuração salvo se já tiver sido apresentada com a proposta, para efeitos de outorga do contrato.
2. Os documentos de habilitação são redigidos em português e, não sendo, devem ser acompanhados de tradução legalizada em relação à qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. Os documentos de habilitação são apresentados de modo idêntico ao da proposta.

4. Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos previstos no art.º 81 do CCP devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode exigir do adjudicatário, em prazo fixado para o efeito, a apresentação do original de documento cuja reprodução suscite dúvida fundada sobre o respetivo conteúdo ou autenticidade.
6. O prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado por uma vez, por solicitação do adjudicatário dirigida ao órgão competente para contratar, por um período não superior a 5 dias, de acordo com o art.º 85 do CCP.

Cláusula 22.ª – Caducidade da adjudicação

1. Sem prejuízo de outros factos que nos termos da lei devam culminar com a caducidade da adjudicação, esta caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, decorrido o prazo de audiência prévia nos termos do art.º 86 do CCP este:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e na forma exigida;
 - b) Não prestar a caução dentro do prazo e na forma exigida;
 - c) Não assinar o contrato, quando enviado por meios eletrónicos, mediante assinatura digital qualificada e/ou no prazo concedido;
 - d) Não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, se presencial;
 - e) Bem como, no caso do adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no nº 4 do art.º 54 do CCP.
2. Caso se verifique facto que possa determinar a caducidade da adjudicação, o órgão competente para contratar notificará o adjudicatário do facto e fixa-lhe um prazo até cinco dias úteis para que se pronuncie, por escrito e em sede de audiência prévia, nos termos previstos no art.º 86 do CCP, sobre as razões e eventual imputabilidade dessa falta.
3. Em função das razões invocadas, não sendo o facto imputável ao adjudicatário, pode o órgão competente para contratar, conceder-lhe prazo adicional para apresentar os documentos em falta/suprir as irregularidades detetadas, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Caducando a adjudicação, por causa que respeite ao adjudicatário e lhe seja imputável, o Município adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente, aplicando-se-lhe o disposto na presente cláusula e na anterior.

SECÇÃO III – CONTRATO

Cláusula 23.ª – Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar caução no valor de **3%** do preço contratual, com exclusão do IVA, nos moldes definidos pelos art.ºs 89 e 90 do CCP.
2. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, de acordo com os modelos anexos IV e V ao presente programa do concurso, que dele fazem parte integrante, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, conforme art.º 90 do CCP.
3. Tratando-se de **garantia bancária**, o adjudicatário deve apresentar um documento pelo qual o estabelecimento bancário legalmente autorizado assuma, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela adjudicante em virtude do incumprimento de qualquer das obrigações a que a garantia respeita de acordo com o modelo do anexo IV do programa.
4. Tratando-se de **seguro-caução**, o adjudicatário deve apresentar a apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar o seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita de acordo com o modelo do anexo IV do programa.

5. Caso o adjudicatário opte por prestar a caução através de **depósito** em dinheiro ou em títulos, é o mesmo efetuado em qualquer instituição de crédito em Portugal, à ordem do Município de Olhão, devendo ser especificado o fim a que se destina, entregando a declaração que se anexa como modelo V do programa.
6. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais e pré-contratuais, pelo adjudicatário.
7. Todas as despesas relativas à prestação de caução são da responsabilidade do adjudicatário.
8. A adjudicação caduca se o adjudicatário não prestar, por facto que lhe seja imputável, em tempo e nos termos estabelecidos no Programa e no CCP, a caução que lhe seja exigida.

Cláusula 24.ª – Minuta do contrato

1. Sendo o contrato reduzido a escrito, a minuta respetiva e de eventuais ajustamentos ao seu conteúdo, é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se aceite por este sempre que haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.
2. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base a este procedimento.
3. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser naquele prazo.
4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Cláusula 25.ª – Contrato

1. O contrato é celebrado por escrito, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, salvo no caso de inexigibilidade e/ou dispensa da sua redução a escrito nos termos do estabelecido no art.º 95 do CCP.
2. Para assinatura eletrónica do contrato será fixado prazo entre três e cinco dias.
3. As despesas inerentes à redução a escrito do contrato e sua outorga são da responsabilidade do/a adjudicatário/a.
4. A adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário/a, este/a não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado, bem como nos casos em que se tratando de agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do art.º 54 do CCP.
5. Verificando-se a caducidade nos termos do número anterior, o órgão competente para contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 26.ª – Modificações ao contrato

Poderão ser apostas modificações ao contrato ao longo do respetivo prazo de execução dentro dos limites e com os fundamentos previstos pelo CCP, por ato administrativo quando estejam em causa razões de interesse público, por forma solene idêntica ao do contrato quando haja acordo das partes, ou por decisão judicial ou arbitral.

SECÇÃO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.ª – Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações por parte do adjudicatário determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Cláusula 28.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente programa, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e restante legislação aplicável.

ANEXOS

Anexo I

Procuração para submissão de documentos na plataforma*

.....⁽¹⁾, portador do cartão de cidadão n.º válido até/...../..... e NIF, na qualidade de legal representante de⁽²⁾, NIF, com domicílio fiscal em, constitui seu procurador o/a sr/a⁽³⁾, portador do cartão de cidadão n.º válido até/...../..... e NIF, a quem confere os poderes necessários para, em nome e em representação da pessoa acima identificada, submeter/carregar na plataforma eletrónica de contratação pública em uso no Município de Olhão, no âmbito do Processo n.º 60/22,⁽⁴⁾ os documentos a seguir identificados e assinar a submissão de todos esses documentos mediante certificado digital qualificado:

- 1- Pedidos de esclarecimentos e listas de erros e omissões;
- 2- A sua proposta e demais documentação que a acompanha;
- 3- Resposta/s a pedidos de esclarecimentos relativos à proposta apresentada;
- 4- Os documentos de habilitação, caução se a tal houver lugar, e eventuais respostas a audiências prévias;
- 5- Outros documentos que sejam carregados na plataforma.

..... (local), .../...../2022 (data), ... [assinatura do representante da entidade]

* A presente procuração respeita unicamente à submissão de propostas na plataforma de contratação pública, não substituindo a eventual procuração para subscrever a proposta e assinar os respetivos documentos, em fase prévia à submissão, em representação do concorrente.

⁽¹⁾ Identificação completa da entidade adjudicatária ou do seu legal representante;

⁽²⁾ Identificação completa da entidade adjudicatária;

⁽³⁾ Identificação completa do procurador/a;

⁽⁴⁾ Identificação do procedimento.

Anexo II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81 do CCP na redação dada pela lei n.º 30/2021, de 21 de maio]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento 60/22 de “Prestação de Serviços de Seguros” (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), .../...../2022 (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III

Minuta de declaração de honra [n.º 3 do art.º 83-A do CCP]*

.....⁽¹⁾, portador do cartão de cidadão n.º válido até/...../..... e NIF, na qualidade de legal representante de⁽²⁾, NIF, com domicílio fiscal em⁽³⁾, no procedimento n.º 60/22 para “Prestação de Serviços de Seguros”⁽⁴⁾, declara, sob compromisso de honra, perante o Município de Olhão, que o próprio⁽⁵⁾ a sua representada⁽⁶⁾ não prestou, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência para efeitos da alínea i) do n.º 1 do art.º 55 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Jan., na redação atual.

Mais declara que a entidade adjudicatária não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, nem tem processo pendente, para efeitos do estabelecido na alínea a) do n.º 1 do citado art.º 55.

..... (local), .../...../2022 (data), ... [assinatura].

* A presente declaração respeita aos casos em que não possam ser apresentados os documentos comprovativos da situação a que se refere as alíneas a) e i) do n.º 1 do art.º 55 do CCP.

⁽¹⁾ Identificação completa da entidade adjudicatária ou do seu legal representante se for o caso;

⁽²⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas;

⁽³⁾ Se concorrente for pessoa singular suprimir «na qualidade de legal representante de, NIF, com domicílio fiscal em».

⁽⁴⁾ Identificação do procedimento: referência/ designação do procedimento em causa;

⁽⁵⁾ No caso do concorrente ser uma pessoa singular suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁶⁾ No caso do concorrente ser pessoa coletiva, suprimir a expressão «o próprio».

Anexo IV

Modelo de Garantia Bancária/ Seguro-Caução⁽¹⁾ para garantia das obrigações do adjudicatário (art.º 90 n.º 5 do CCP)

Garantia Bancária/Seguro-Caução⁽¹⁾ N.º

Em nome e a pedido de⁽²⁾, NIF, com sede em, vem⁽³⁾, NIF, com sede em, pelo presente documento, **prestar**, a favor do **Município de Olhão**, pessoa coletiva de direito público n.º 506321894, com sede no Largo Sebastião Martins Mestre, em Olhão, **uma garantia bancária/seguro-caução**⁽¹⁾, até ao montante de €.....⁽⁴⁾ (..... euros e cêntimos), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo/s garantido/s, relativas à adjudicação do⁽⁵⁾ procedimento n.º 60/22, “Prestação de Serviços de Seguros” nos termos e para os efeitos previstos nos art.ºs 88 a 90 do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 3% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros⁽¹⁾ garante, no caso de vir a ser chamado/a a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do/s garantido/s, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja, expressamente, autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento desta e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

.....⁽⁶⁾, ____ de de 2022

..... (Assinatura do representante da instituição garante e carimbo)

⁽¹⁾ Eliminar o que não interessa;

⁽²⁾ Identificação completa do adjudicatário;

⁽³⁾ Identificação completa da instituição que garante;

⁽⁴⁾ Valor da % fixada face ao total da adjudicação, excluído o IVA;

⁽⁵⁾ Designação do contrato;

⁽⁶⁾ Localidade e data.

Anexo V

Modelo de Depósito-Caução (n.º 5 do art.º 90 do Código dos Contratos Públicos)

Valor: € _____,
Depósito-Caução N.º _____

Vai⁽¹⁾ _____, NIF _____, com sede _____, depositar na⁽²⁾ _____, SA, NIF _____, com sede _____, **à ordem do Município de Olhão**, pessoa coletiva de direito público n.º 506321894, com sede no Largo Sebastião Martins Mestre, em Olhão, **e sem reservas**, de acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do art.º 90 do Código dos Contratos Públicos, a quantia de⁽³⁾ € _____, (_____ euros e _____ centimos) que corresponde a **5% do valor da adjudicação que cabe ao beneficiário** e se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes da adjudicação do⁽⁴⁾ procedimento n.º 60/22 - “Prestação de Serviços de Seguros”, constituindo a caução a que refere o n.º 1 do artigo 89 do mesmo diploma.

_____,⁽⁵⁾ de _____ de 2022

O DEPOSITANTE⁽⁶⁾: _____

⁽¹⁾ Identificação da entidade depositante;

⁽²⁾ Identificação da instituição de crédito;

⁽³⁾ Quantia em numerário e por extenso;

⁽⁴⁾ Designação do contrato;

⁽⁵⁾ Localidade e data;

⁽⁶⁾ Assinatura do representante e carimbo da entidade depositante.